

ECOTURISMO, TURISMO RURAL E A GERAÇÃO DE RENDA NO MEIO RURAL¹

Francisco Emanuel Matos Brito*

RESUMO: *Este artigo analisa o desenvolvimento da prática turística a partir dos anos 60, com a implementação desenfreada do turismo de massa, induzida pelos empréstimos das instituições multilaterais e as críticas a este processo dirigidas pelos estudiosos e pelas populações dos destinos. Abordo ainda o surgimento das formas alternativas de turismo, especialmente o ecoturismo e o turismo rural, e como a perspectiva de articulação destes segmentos da atividade turística na Chapada Diamantina, pode contribuir para a geração de renda, sobretudo, para a população rural desta região.*

Palavras-chave: Ecoturismo; Turismo rural na agricultura familiar; Geração de renda; Chapada Diamantina

INTRODUÇÃO

O turismo implementado a partir da segunda metade dos anos 50 e de maneira mais vigorosa na década de 60, pelas instituições multilaterais, passou a ser visto não só de maneira positiva, mas, também, como uma das alternativas de desenvolvimento econômico, principalmente, para muitos países do terceiro mundo que, naquele período, estavam enfrentando dificuldades nas suas respectivas balanças comerciais baseadas na exportação de produtos primários.

Visando incrementar o desenvolvimento turístico nestes países, instituições multilaterais como a OCDE – Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento apregoavam o potencial de crescimento quase ilimitado do turismo. Nesta tarefa tanto o Banco Mundial quanto as Nações Unidas passaram a promover o turismo nos países em desenvolvimento, cabendo inclusive a esta última instituição a declaração do ano de 1967 como o Ano Internacional do Turismo (CRICK, 1989, p.315).

O turismo de massa foi apresentado a estes países como uma opção de desenvolvimento que não demandava altos investimentos em infra-estrutura e uma atividade que dependia, sobretudo, de recursos naturais com os quais estas áreas já contavam abundantemente, a exemplo do sol, praia, e pessoas amigáveis.

Estes países passaram a implementar programas de desenvolvimento turístico sem o devido planejamento e tampouco a realização de estudos prévios que contemplassem a efetiva inserção da população dos locais onde estes empreendimentos foram instalados bem como os impactos ambientais decorrentes da atividade turística. Pelo visto, não estava nos planos destes

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa de campo realizada em 2007 e 2009 e de duas oficinas efetuadas junto aos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária, situados nos municípios de Nova Redenção, Itaetê e Iramaia.

*Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador e funcionário do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente (NUMA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: frembrito@gmail.com.

países “resistir às tentações do turismo”. Afinal de contas esta atividade deveria trazer algum benefício, considerando-se a alta soma de recursos gastos pelo Banco Mundial, Nações Unidas e Unesco para promovê-la” (CRICK, 1989, p.318) (tradução nossa).

Decorrida uma década e meia, marcada pela apologia e entusiasmo em torno da atividade turística, os efeitos desta política induzida e, sobretudo, pensada em termos de lucratividade empresarial não tardaram a ocorrer na forma de aumento dos problemas pré existentes nestes países, a exemplo da dependência em relação ao capital estrangeiro, transferência e concentração dos recursos gerados para as matrizes localizadas em outros países e toda a sorte de problemas sociais, ambientais e culturais.

Tais fatos - juntamente com a reação dos movimentos sociais, sobretudo aqueles ligados ao meio ambiente -, por um lado contribuem para a colocação de um freio na velocidade com que o ufanismo vinha sendo disseminado, fazendo emergir uma dose de prudência necessária nos governos e promotores da atividade e, por outro lado, chamam a atenção dos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento interessados no tema, ocasionando, por conseqüência, um incremento dos estudos analisando os diferentes impactos provocados pelo turismo.

Dentro deste espírito instaurador de questionamento, estampado a partir do próprio título, pode-se mencionar a coletânea de artigos “*Tourisme. Passeport pour le développement?*”, coordenada pelo sociólogo Emanuel de Kadt e publicada conjuntamente pelo Banco Mundial e UNESCO. Diante da evidência dos efeitos sociais e culturais perversos provocados pelo turismo e da necessidade de abordá-los de maneira mais sistemática, estas duas instituições promoveram, em dezembro de 1976, um ciclo de estudos com a participação de representantes de 18 países, dentre os quais 11 países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, incluído o Brasil.

As medidas recomendadas pelo ciclo de estudos para que a atividade turística fosse implementada da forma menos danosa possível aos países receptores, se encontram em Kadt, (1979, p.333-340) e resumidamente, dizem respeito a: 1) distribuição dos projetos de acordo com os tipos de turismo que estes países tem condições de desenvolver; o planejamento dos países receptores deveria ser interdisciplinar tentando integrar o turismo aos outros setores; buscar a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural e nacional e estar atento para os problemas sociais, econômicos e ambientais; estímulo à participação dos atores sociais locais nos projetos turísticos; 2) os aspectos culturais do turismo e a relação estabelecida entre turistas e população receptora e o tipo de infra - estrutura disponível; 3) incentivo à cultura local como forma de beneficiar os habitantes e os turistas (tradução nossa).

A estes eventos sucederam-se outros motivados pelos problemas ocasionados pelo turismo de massa, seguidos de recomendações semelhantes, que embora buscassem colocar uma certa ordem na forma desenfreada como o turismo vinha se desenvolvendo não aprofundavam a crítica à atividade turística. Isto só veio a acontecer a partir das críticas formalizadas por entidades representativas das populações hóspedes (LEA, 1993), organizações religiosas como a Coalizão Ecumênica sobre o turismo no 3º mundo que além de combater a presença de drogas, prostituição e exploração racial presente nesta atividade, elaborou um código de ética, no qual indica o comportamento mais adequado a ser adotado pelos turistas, e vem promovendo encontros de igrejas preocupadas com os estragos causados pelo turismo nos países receptores (CRICK, 1989, p.319-20; LEA, 1993, p. 707).

DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL À OFERTA DE NOVOS PRODUTOS TURÍSTICOS

Tais preocupações também ecoam sobre o campo turístico, na forma de críticas contundentes tendo em vista os estragos causados pelo turismo de massa, fato que levou alguns estudiosos a propor a instituição de um código de ética para os serviços turísticos centrado em questões relacionadas aos impactos ecológicos, *marketing*, desenvolvimento sustentável, questões humanas e sociais e à formação em turismo (HULTSMAN, 1995, p. 556-564).

Ainda fazendo parte do contexto marcado pela preocupação ambiental e pela crítica ao turismo de massa, realiza-se, em agosto de 1989, na Polônia, a Conferência de Zakopane promovida pela Academia Internacional para o Estudo do Turismo - com a participação de 24 de seus membros - e patrocinada pela Organização Mundial do Turismo. Nesta conferência surge a expressão *formas alternativas de turismo* (NASH, 1992, p.223) como uma reação à exploração e às depredações do turismo de massa no terceiro mundo que tem como um dos principais defensores a Coalizão Ecumênica sobre o Turismo no Terceiro Mundo e a Rede Ecumênica Europeia do Turismo no Terceiro Mundo.

Compondo as formas alternativas de turismo que passam a ser implementadas tem-se, dentre outras, o turismo limpo, sustentável, justo, responsável, alternativo, rural e o ecoturismo. Todas estas formas significam, em princípio, uma reação ao turismo de massa e, em certa medida, recolocam a necessidade de um turismo em menor escala contraposto ao gigantismo dos empreendimentos massificados, a preocupação com a natureza e com a situação das populações hóspedes.

Os turistas também reagem a este estado de coisas, especialmente, a partir dos anos 90. Cansados de terem seus olhares (URRY, 1996) dirigidos para as atrações selecionadas nos guias² e catálogos das agências de turismo, aborrecidos por serem tratados como crianças, – tendo tudo providenciado ao tempo e a hora – colocados no interior de uma “bolha ambiental”, onde lhes é dito o que ver durante as visitas, muitas vezes sendo privados do contato com as populações e com o cotidiano dos locais visitados (BOISSEVAIN & INGLLOT, 1979, p.277), saturados de multidões e conscientes das marcas de poluição e degradação ambiental deixadas nos vários destinos, boa parte destes turistas passou a buscar formas de turismo, a exemplo das mencionadas acima, diferentes daquela praticada até então.

Diante das pressões e críticas verificadas em escala internacional, a ‘indústria turística’ aproveita o apelo ambiental para realizar a reciclagem interna que vai desde a tomada de medidas visando adaptar seus empreendimentos de forma a reduzir os impactos sociais, culturais e ambientais até a segmentação do mercado com a oferta de novos produtos turísticos para um tipo de consumidor, que tendo se tornado exigente, reage ao empacotamento e à padronização (URRY, 1996) passando a demandar produtos mais especializados, dentre eles o ecoturismo e o turismo rural.

² Barthes (1978, p.74) referindo-se ao *Guide bleu* mas que pode ser generalizado para os demais guias turísticos, afirma que o “guia transforma-se no oposto daquilo que se proclama: num instrumento de cegueira” por restringir a vida do lugar à seleção de uns poucos monumentos para visita e a alguns aspectos pitorescos.

Decorrente desta postura do turista, a viagem começa a experimentar uma mudança de qualidade ao passar por um processo de intelectualização e profissionalização (MUNT, 1994, p. 112) com a utilização de um discurso e uma prática como as formas pelas quais a pequena burguesia - enquanto intermediários culturais e classe prestadora de serviços (URRY, 1996) - busca estabelecer a distinção no turismo. A profissionalização atinge não só a viagem como também aqueles que se encontram na direção de operadoras, agências e ONGs, cuja experiência e competência são exaltadas e utilizadas como um trunfo a mais para vencer não só a concorrência como também para maximizar a distinção entre turistas e viajantes presente nos anúncios das operadoras que criticam os roteiros convencionais do turista de massa e ressaltam os predicados dos viajantes e das viagens, qualificadas como seletivas.

Assim, as férias verdadeiras deveriam ter duas características principais:

visitar um lugar bem distante daqueles que o grosso da população estará visitando. Os exemplos incluem as ilhas Maldivas, a Síria ou a Bolívia. [...]. Em segundo lugar, o turista autêntico recorrerá a pequenas agências e operadores para ir até os lugares escolhidos. O guia refere-se ao desenvolvimento do agente de viagens “delicatessen”, isto é, aquelas agências especializadas que designam certos operadores para uma clientela independente, exigente (URRY, 1996, p.133).

Esta tendência anunciada na segunda metade dos anos 80, ganha impulso nos anos 90 e é reafirmada na década seguinte pela Organização Mundial do Turismo – OMT, cujas previsões estimam para os próximos 20 anos (2000 – 2020) que

os futuros turistas também desejaram fazer coisas diferentes [...]. Ao invés de fincar mais um guarda-sol na praia, os trabalhadores compulsivos americanos e, cada vez mais os europeus, estão escolhendo viagens mais curtas - embora mais diversificadas- e estimulando o crescimento da viagem de aventura, ecoturismo, passeios culturais, férias em spa, cruzeiros marítimos e esportes de férias nos destinos mais longínquos, como a China, as Maldivas, Botswana e Vanuatu (FOROCHAR, 2002, p. 36) (tradução nossa).

Ainda seguindo as tendências, a Organização Mundial do Turismo – OMT coloca “as férias com a prática de mergulho e esportes, o turismo cultural, rural e as viagens baseadas na natureza em partes primitivas da Ásia e da África, entre as áreas de maior crescimento nas próximas duas décadas” (FOROCHAR, 2002, p. 37) (tradução nossa).

ECOTURISMO E O TURISMO RURAL NA CHAPADA DIAMANTINA

Efetuada uma breve caracterização da Chapada Diamantina, esta é uma das 15 (quinze) Regiões Econômicas do Estado da Bahia, situa-se no centro do território baiano, composta por 33 municípios, distribuídos numa superfície de 41.756,1 km². Com uma população aproximada de 504.040 habitantes, a Chapada Diamantina se constitui num dos menores grupamentos populacionais no conjunto das regiões. Em que pese a taxa de urbanização ter praticamente dobrado no curso de duas décadas (1980-2000), esta ainda é insuficiente para retirar a Chapada Diamantina da condição de mais baixo grau de urbanização entre as demais Regiões Econômicas do Estado, vez que a maior parte da população desta região concentra-se na zona rural (63,8%), sendo por este motivo 1,7 vezes maior que a população urbana (IBGE, 1980, 1991, 2000).

Quanto ao ecoturismo, este é também conhecido como ‘turismo verde’ praticado principalmente nos espaços naturais protegidos. Começa a se afirmar a partir da discussão cada vez maior dos temas ambientais que continuam integrando a crítica mais geral feita ao modo de produção capitalista industrial que, em termos específicos, também se aplica ao turismo de massa. Isto ocorre em meados dos anos 80 num contexto marcado pela emergência de conceitos como o desenvolvimento sustentável, a conscientização sobre a finitude e a necessidade de conservar os recursos naturais e a reafirmação de valores como o reconhecimento e respeito ao outro. O resgate destes elementos e a agitação do cotidiano, vivenciada nos centros urbanos, desperta em muitas pessoas o desejo de fugir temporariamente destes locais, indo – como que ardendo de ‘febre de selva’ – em busca do reatamento do contato e contemplação da natureza.

Em termos conceituais o documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, define o ecoturismo como

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

Conforme pode-se notar, este conceito toma de empréstimo elementos - como a postura responsável do turista no contato com a natureza, a cultura local e a promoção do bem estar das populações, através dos empregos gerados por esta atividade - já presentes nas formulações de Boo (1991, p. 4), de Ceballos-Lascuráin Ceballos – Lascuráin, popularizadas por Boo (1990, p.2), e na idéia força da sustentabilidade, produzida na Conferência de Estocolmo e ratificada na Eco-92.

Na Bahia, a fase planejada da ação governamental tem início com a implementação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia - PRODETUR (BA), concebido no início dos anos 90 como um programa estadual, que posteriormente passa a integrar outro programa de dimensão macro regional que abrange nove estados nordestinos e parte do estado de Minas Gerais, denominado Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste – PRODETUR-NE, cuja captação de recursos financeiros internacionais, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinava-se à implantação de infra - estrutura que permitisse a abertura de espaços para o setor privado, num horizonte temporal compreendido entre 1992 a 2012.

É neste contexto de internacionalização da economia e integrando as diretrizes implementadas pelas agências multilaterais (ONU, FMI, OIT, Banco Mundial e, neste caso, o BID), em parceria com o governo brasileiro, que a formulação e implantação de projetos de incremento do turismo no país “somente se tornam possíveis, como imaginação e execução, desde que contemplem as novas e poderosas determinações “externas”, transnacionais ou propriamente globais” (IANNI, 1996, p.79).

O PRODETUR (BA), enquanto política de desenvolvimento regional que se apresenta como sustentável, manifesta como objetivo “contribuir para a consolidação e o desenvolvimento do turismo como atividade prioritária no Estado da Bahia e proporcionar aumento de renda, de emprego e da qualidade de vida da sua população”(BAHIA, 1997, p. 55).

Para tanto, o Governo do Estado (BAHIA, 1993), através do PRODETUR(BA), divide a Bahia em sete zonas de expansão e desenvolvimento do turismo ³, adotando “uma perspectiva nitidamente regional” (Silva, 1996, p. 140) orientada para a interiorização dos investimentos governamentais e privados nestas áreas de potencialidade turística, constituindo-se num elemento viabilizador da urbanização destas localidades. Vale dizer que diferentemente das seis áreas de desenvolvimento turístico situadas no litoral, a Chapada Diamantina localiza-se no centro do território baiano e é caracterizada como uma região vocacionada para o desenvolvimento do turismo ecológico. Na implementação da segunda etapa do PRODETUR, a Chapada Diamantina anteriormente dividida em dois circuitos, o do Diamante, e o do Ouro, passa a ter como integrante o circuito da Chapada Norte.

Quanto ao turismo rural, preciosismos conceituais à parte, este pode ser definido como “aquelas atividades que, em maior medida, se identificam com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia e sua cultura”(SILVA, CARLYLE e DALE, 2000, p. 16). Dentro do segmento do turismo rural queremos evidenciar a associação entre o turismo rural e a agricultura familiar que vem permitindo, em algumas áreas do país e do estado, ganhos significativos de renda e qualidade de vida aos agricultores familiares.

Tal fato despertou a atenção e o interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visando aproveitar o potencial da agricultura familiar junto às novas atividades ligadas ao setor do turismo, lançou o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, na primeira metade do ano de 2000, que conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF). Esta rede é uma articulação nacional constituída por mais de 100 instituições governamentais, não-governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados.

Vale salientar que na Bahia, este segmento turístico que foge ao modelo de turismo rural alicerçado no padrão hotel-fazenda e fazenda-hotel, vem sendo implementado, ainda que timidamente em algumas áreas, nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária localizados no Litoral Sul, no Recôncavo Baiano, no Semiárido e na Chapada Diamantina.

Na Chapada Diamantina existem pelo menos oito assentamentos onde já foram realizados trabalhos ligados à dotação de infra-estrutura, ao levantamento dos atrativos naturais e culturais. Some-se a estas ações, o resgate da história das lutas travadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, contra a expulsão dos trabalhadores da terra desde os anos 70, que mais tarde teve continuidade com a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas áreas ocupadas, culminando, posteriormente, com o alcance de condição de assentado, por parte destas famílias de agricultores.

CONCLUSÃO

A expectativa é a de que em pouco tempo venha a se consolidar uma ação articulada - que se encontra na fase inicial - entre o ecoturismo, praticado nos circuitos turísticos da Chapada

³ Zonas: 1- Costa dos Coqueiros (Litoral Norte), 2- Baía de Todos os Santos, 3- Costa do Dendê (Litoral Sul), 4- Costa do Cacau (Litoral Sul), 5- Costa do Descobrimento (Litoral Sul), 6- Costa das Baleias (Litoral Sul) e 7- Chapada Diamantina.

Diamantina, e o turismo rural baseado na agricultura familiar, conforme vem sendo implementado nos assentamentos. Assim, o turista depois de passar alguns dias visitando os atrativos ecoturísticos, buscará imprimir mais intelectualização e profissionalização (MUNT,) à sua viagem ao visitar um assentamento, onde ouviria dos assentados o relato das lutas enfrentadas por eles próprios até conseguirem um lote de terra para viver e produzir.

Em seguida o turista poderá exercitar a inversão de papéis representados no cotidiano (GOTTLIEB, 1982 apud URRY, 1996, p.27), passando neste momento de lazer a “viver um dia de agricultor” ao praticar atividades inerentes ao trabalho cotidiano de um assentado, a exemplo, dentre outras, do preparo da terra para o plantio, da colheita de produtos do lote, da retirada de leite e da confecção de doces e queijos. Depois de passear pelos atrativos naturais, o visitante poderá ingerir durante as refeições produtos que ajudou a colher e, ao se despedir, ele terá adquirido lembranças (artesanato, doces, etc.) feitas pelos assentados.

Espera-se que o ecoturismo que já vem sendo implementado de maneira planejada desde os anos 90, venha a possibilitar a este tipo de turismo rural baseado na agricultura familiar - ainda necessitando de legitimação diante dos responsáveis pela atividade turística em âmbito estadual e municipal- uma oportunidade de articulação, capaz de se traduzir na geração de renda e emprego para as populações residentes nestes espaços rurais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. CODETUR (BA). **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: oportunidades de investimentos**. Salvador, 1993.

BAHIA. SECTUR. **Estratégia Turística e Plano de Ação**. Salvador: Mimeo. Revisada em Novembro de 1997.

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

BOISSEVAIN, J. e INGLLOT, P.S. *Tourisme à Malte*. In: KADT, E. de (org.). **Tourisme, passeport pour le développement?** Paris: Banque Mondiale/Unesco/Ed. Economica, 1979, p.262 - 280.

BOO, Elizabeth. **Ecotourism: the potentials and pitfalls**. Lancaster: Word Wildlife Fund, 1990.

BOO, Elizabeth.. *Planning for Ecotourism*. In: **Parks**. EUA: v.2, nº3, November 1991, p.4-8.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico da Bahia**. Rio de Janeiro, 1980, 1991 e 2000.

BRASIL. MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur / Ibama, 1994.

CRICK, Malcolm. *Representations of international tourism in the social sciences: Sun, sex, sights, savings, and servility*. **Annual review of Anthropology**, v. 18, 1989, p.307-344.

FOROOHAR, Rana. Travel & Tourism: Getting Off the Beaten Track. **Newsweek**. New York, July 22-29, 2002, p.34-38.

HULTSMAN, J. Just Tourism. An Ethical Framework. **Annals of Tourism Research**, v.22, n.3, 1995, p. 553-567.

IANNI, Octávio. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77-84.

KADT, E. de. **Tourisme, passeport pour le développement?** Paris: Banque Mondiale/Unesco/Ed.Economica, 1979.

LEA, John. Tourism development ethics in the Third World. **Annals of Tourism Research**, vol.20, 1993, p.701 – 715.

MUNT, Ian. The ‘Other’ postmodern Tourism: Culture, Travel and the New Middle Classes. **Theory, Culture, Society**, vol. 11, 1994, p. 101-123.

NASH, Dennison. Epilogue: A research Agenda on the Variability of Tourism. In: SMITH, V.L. e EADINGTON, W.R. (orgs.). **Tourism alternatives: Potentials and problems in the development of tourism**. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1992, p. 216 – 225.

SILVA, José Graziano da; CARLYLE, Vilarinho; DALE, Paul. Turismo em áreas rurais. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROELICH, José M. RIEDEL, Mário (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000, págs. 15 a 62.

SILVA, Sylvio B. de M e. Geografia, Turismo e Crescimento: O exemplo da Bahia. In: Rodrigues, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 122 – 143.

URRY, John. **O olhar do turista: viagens e lazer na sociedade contemporânea**. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1996.